

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandei Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS

Gustavo Bigetti Guergoletto

Instituto Federal do Paraná – IFPR
Colombo-PR

Renata Peres Barbosa

Universidade Federal do Paraná-UFPR
Curitiba-PR

RESUMO: Frente às condições sociais desiguais na contemporaneidade, orientadas por projetos societários pautados pela lógica do sistema capitalista global e excludente, entendemos que o modo de produção se desenvolve em meio a contradições, que muitas vezes apresentam as próprias lacunas para a sua superação. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo refletir acerca das possibilidades de se pensar práticas emancipatórias no ensino de administração, a partir das contradições do próprio sistema, para além da lógica do regime de acumulação flexível. Apresentamos aqui a proposta de análise das organizações pautadas nos princípios da economia solidária, bem como a análise das potencialidades do ensino técnico integrado numa perspectiva de formação integral, entendendo que ambos podem aliar-se enquanto práticas comprometidas com a transformação social que permitam uma leitura ampla e contextualizada da realidade social. Pretende-se, desse modo, analisar os

princípios da gestão da economia solidária como subsídio para o ensino da administração visando à formação de indivíduos sob uma ótica não restrita ao modelo liberal, mas com capacidade crítica acerca da sociedade em que está inscrito. Trata-se de um estudo bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária. Ensino da Administração. Ensino médio integrado.

ABSTRACT: Faced with unequal social conditions in contemporary times, guided by societal projects guided by the logic of the global and exclusive capitalist system, we understand that the mode of production develops amidst contradictions, which often have their own shortcomings for their overcoming. In this sense, this paper aims to reflect on the possibilities of thinking emancipatory practices in the teaching of administration, starting from the contradictions of the system itself, beyond the logic of the regime of flexible accumulation. We present here the proposal of analysis of the organizations based on the principles of solidarity economy, as well as the analysis of the potential of integrated technical education in a perspective of integral formation, understanding that both can ally themselves as practices committed to social transformation that allow a broad reading context of social reality. In this way, we intend to analyze the principles of the management of

the solidarity economy as a subsidy for the teaching of the administration aiming at the formation of individuals from a perspective not restricted to the liberal model, but with a critical capacity about the society in which it is enrolled. This is a bibliographic study. **KEYWORDS:** Solidary economy. Teaching of Administration. Integrated secondary education.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Frente às condições sociais desiguais da contemporaneidade, orientadas por projetos societários pautados pela lógica do sistema capitalista global e excludente, entendemos que o modo de produção se desenvolve em meio a contradições, que muitas vezes apresentam as próprias lacunas para a sua superação.

Este artigo tem por objetivo refletir acerca das possibilidades de se pensar práticas emancipatórias no ensino de administração, pensadas a partir das contradições do próprio sistema, para além da lógica do regime de acumulação flexível. Apresentamos aqui a proposta de análise dos princípios de organizações pautadas na economia solidária, cooperativismo e autogestão, bem como a análise das potencialidades do ensino técnico integrado numa perspectiva de formação integral, entendendo que ambos movimentos podem se aliar enquanto práticas comprometidas com a transformação social que permitam uma leitura ampla e contextualizada da realidade social.

Pretende-se, desse modo, analisar os princípios de gestão alternativos ao modelo hegemônico, como subsídio para o ensino da administração visando à formação de indivíduos sob uma ótica não restrita aos pressupostos pautados no modelo capitalista, mas com capacidade crítica acerca da sociedade em que está inscrito.

O estudo justifica-se tendo em vista que, diversos estudos já vêm demonstrando potencialidades nas práticas de gestão nos arranjos produtivos pautados em princípios da autogestão, do cooperativismo, do associativismo, da economia solidária, entre outros, podem ser compreendidos enquanto alternativas ao modelo de produção capitalista global e excludente (SINGER, 2005; BENINI E BENINI, 2010; GEIGER, 2013; MORAIS et al, 2011).

Vale destacar que, as tentativas de tais empreendimentos também implicam em contradições, pois estão inseridos na totalidade de uma economia social de base capitalista, na qual impossibilita o rompimento com o modelo ao subordinarem-se ao sistema. No entanto, apesar de estarem implicados em contradições, Benini e Benini (2010) apontam horizontes emancipatórios a partir das práticas de autogestão, destacando nessas organizações os germes para a transformação social. Para eles, nas experiências de autogestão há “implantes necessários de novos elementos estruturantes, abrindo, assim, como possibilidade histórica, um horizonte efetivo de transformação da organização do sistema produtivo” (BENINI; BENINI, 2010, p. 606).

Partimos do pressuposto de que os modelos produtivos alternativos ao sistema hegemônico, nesse sentido, em sua dialética, carregam um compromisso histórico, tendo por fim o desenvolvimento de um projeto ético e político que visa superar as relações orientadas pela exploração do trabalho. Como bem sustentado por Benini e Benini (2010):

Esse projeto político precisa ser entendido como uma possibilidade e necessidade histórica, uma vez que o movimento concreto das “tentativas” de autogestão vem (ou pode vir) a evidenciar, ao conjunto dos trabalhadores envolvidos, os mecanismos de subordinação do capital e, com isso, também “provocar”, dialeticamente, os meios de superação destes mesmos mecanismos (BENINI; BENINI, 2010, p. 617).

Neste aspecto já encontramos elementos que demonstram as potencialidades críticas e formativas que subjazem as práticas encontradas em experiências de tais arranjos produtivos. Assim, trazendo para o campo da Administração, é possível pensar uma educação que, ao formar para o mundo do trabalho, enfatize e desenvolva outras potencialidades e possibilidades no sujeito, demonstrando, além das práticas usuais da administração em organizações capitalistas, as práticas cooperativas e de autogestão vigentes, possibilitando assim uma educação integral do indivíduo, de resistência e emancipação:

Caso os chamados “empreendimentos solidários” tenham como consequência, no bojo das suas contradições, a constituição de uma consciência coletiva crítica, capaz de reconhecer os limites estruturais do capital e os mecanismos de dominação da lei do valor, em outras palavras, tenha de fato superado um dos aspectos da alienação, pode-se constituir uma nova base histórica para outros enfrentamentos. Afinal, novas subjetividades dependem, para se sustentarem, de novas condições materiais (BENINI; BENINI, 2010, p. 617).

Entendendo a educação profissional a partir do campo epistemológico da dialética marxista, em que se faz necessário pensar nas relações entre capital, trabalho e educação, o ensino técnico integrado pode constituir-se em um espaço de formação integral e emancipatória, em outras palavras, partimos da premissa de que é possível pensar em uma educação que atue nas contradições do sistema, que caminhe em direção à educação integral e que vá de encontro ao modelo econômico hegemônico.

Para tanto, no próximo tópico, propomos apresentar os princípios de gestão presentes em arranjos produtivos alternativos, como um modo de reavaliação do campo da administração. Em seguida, no segundo tópico, propomos o debate acerca das possibilidades de formação em uma perspectiva integral na educação profissional.

2 | REAVALIAÇÃO DO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO: ABORDAGENS ALTERNATIVAS

Diversas fontes e estudos tratam de identificar as origens do que hoje

denominamos “economia solidária”. Apesar de tal expressão ter sido criada no Brasil, a ocorrência de modos de produção, consumo e distribuição de riqueza com base em princípios com vista à valorização do ser humano, já fora experimentada ao longo da história da humanidade mesmo antes da Revolução Industrial. Ainda que não seja objetivo do presente estudo tratar dos marcos históricos que precederam ao que hoje conhecemos como economia solidária, é importante situarmos que, no momento atual, um dos impulsionadores vem da busca por soluções contra o cenário de desemprego resultante das mutações ocorridos no trabalho em virtude do sistema econômico vigente. Nesse sentido, MORAIS et al (2011) apontam que

no último quarto do século XX [...] resultaram em múltiplas alternativas que se encontram na busca por soluções contra a miséria, a exclusão, o desemprego e a cultura individualista dominante, ao que respondem com iniciativas balizadas em ideais de igualdade, cooperação e solidariedade, movimento que se tornou genericamente conhecido por economia solidária (MORAIS et al, 2011 p. 68).

No mesmo sentido, Castanheira (2008) salienta que “as iniciativas relacionadas à Economia Solidária e à Autogestão, especialmente no Brasil, estão intimamente relacionadas com situações de exclusão socioeconômica e de precarização do trabalho” (p. 117).

Para Paul Singer (2005), precursor da proposta no Brasil, a autogestão apresenta-se também como modelo alternativo às relações sociais entre capital e trabalho e altera os papéis impostos pela divisão social do trabalho. Neste modelo, os papéis de proprietário, gestores e trabalhadores passam a ser exercidos pelos próprios trabalhadores, como detentores dos meios de produção. A ideia de economia solidária nega a possibilidade de haver uma relação entre empregado e empregador, visto que neste modelo, o trabalhador é obrigatoriamente o empregador, excluindo assim o antagonismo existente em relação aos objetivos dos mesmos.

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. Todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela (SINGER, 2005, p.14).

O autor segue dizendo que “esse tipo de economia seria um modo de produção e distribuição alternativo, e contemporâneo, ao modo de produção capitalista” (SINGER apud BENINI; BENINI, 2010, p. 606), mas que não se resumiria a isto. Para o autor, a constituição de empreendimentos autogeridos vai muito além de uma alternativa da classe trabalhadora ao desemprego e à miséria, sendo também uma forma de conscientização e de transformação do comportamento dos seus praticantes. Paul Singer observa em tal fato o “potencial educativo” que tais experiências propiciam aos

praticantes, e afirma que a incorporação dos valores ideológicos como a participação, igualdade, solidariedade, etc, seria o produto final e ideal da absorção de tais práticas, “opostos àqueles que fundamentam a lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas.” (SINGER apud AZAMBUJA, 2009, p.284). O autor nos afirma também que

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER apud AZAMBUJA, 2009, p. 294).

ONUMA et al (2012) também enxergam na autogestão positivamente, ao observarem que

no trabalho autogestionário elimina-se a divisão social do trabalho entre trabalhadores, proprietários e gestores, uma vez que todos esses papéis são assumidos pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, ocorrendo, portanto, a vinculação do capital e do trabalho às mesmas pessoas (ONUMA et al, 2012, p. 70).

As peculiaridades que as iniciativas de economia solidária oferece, nos conduz à reflexões que fogem do padrão usual de gestão das empresas contemporâneas. Nesse sentido, Benini e Benini (2010) nos chamam a atenção quanto à gestão desse tipo de empreendimento nos alertando que, devido aos seus princípios, mesmo negócios com mais de um empregador/empregado, a gestão do empreendimento deverá obrigatoriamente ser conjunta.

a que se destaca aqui é a gestão do empreendimento, que também deve ser exercida pelos próprios trabalhadores. É a partir dessa nova atividade desenvolvida pelos trabalhadores, ou seja, de serem trabalhadores e ao mesmo tempo “patrões de si próprios”, que tais empreendimentos são qualificados como autogestionários, ou ainda, como empreendimentos solidários (p.606).

Ao analisarmos e compreendermos as definições e princípios da economia solidária e da autogestão é inevitável a percepção de um estranhamento da mesma em relação ao sistema econômico vigente. Tais concepções não congruem com as concepções propostas pelo capitalismo, visto que princípios de cooperação, consumo consciente, distribuição de riqueza, solidariedade, entre outros, comumente são desprezados no atual sistema hegemônico. Tal estranhamento é reconhecido por Singer (2005), ao afirmar que “a prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição” (p. 15). Por isso, para o autor, “a prática de economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas” (p. 16). O autor conclui nos dizendo que “essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em

conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição.” (SINGER, 2005, p.16)

A economia solidária pensada dentro dos moldes que a concebem permite aos que a praticam poder influenciar o meio em que estão inseridos no nível local e até global. Tal característica deve-se “graças à sua ênfase na autogestão, à sua abordagem crítica do capitalismo e à impulsão que propiciam a novos atores sociais”, revigorando assim as tradições associativas dos trabalhadores (GAIGER, 2013, p.259). Assim, as práticas de economia solidária em seus princípios de cooperativismo e autogestão, têm proporcionado aos atores envolvidos “princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital” (GAIGER, 2013, p.212).

Em argumentação a favor do modelo exposto, enfatizando a relevância social, Paul Singer (2005) faz um contraponto dos indivíduos educados em uma economia liberal com os que se formam no meio em que prevalece a economia solidária. Enquanto os primeiros são “postos em situações de competição desde a infância, na família e na escola”, os outros vivem desde cedo “situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua” (SINGER, 2005, p.17). Enquanto os primeiros “aprenderão desde cedo que os indivíduos são desiguais, alguns são fortes inteligentes e esforçados, enquanto outros são fracos, burros e preguiçosos” (SINGER, 2005, p.16), os que se formam em um meio em que prevalece a economia solidária “aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise do auxílio dos outros e que a união faz a força” (SINGER, 2005, p.17).

Tratar dos princípios e experiências da economia solidária, pode proporcionar uma reavaliação do próprio campo da Administração, fundamental para práticas formativas que visem uma perspectiva da transformação. Andion (2005) evidencia o quanto o campo da Administração carece de pesquisas voltadas para uma vertente não funcionalista a partir de orientações ético-políticas para além das relações de produção pautadas no capitalismo. Para a autora, a gestão das organizações no campo da economia solidária

ainda é tema pouco explorado, seja por causa dos preconceitos ideológicos existentes, seja por causa da falta de fundamentação teórica adaptada à natureza destas organizações. Percebe-se que são poucos os estudos no campo da teoria das organizações (RAMOS, 1981; SERVA, 1996) que consideram as particularidades das organizações que atuam no campo social. A maioria dos autores de administração que estudam esse tipo de organização, destituem de sentido as suas práticas internas, analisando-as a partir de uma concepção funcionalista, apoiada sobre os mesmos princípios e instrumentos aplicados às empresas públicas e privadas tradicionais (ANDION, 2005, p.86).

Em consonância com Andion (2005), Onuma et al (2012) apresentam a autogestão como contraponto à teoria administrativa dominante. Tal modelo subordina o desenvolvimento social ao econômico, com foco na eficiência, e interesses conflitantes

nos diferentes níveis hierárquicos da organização. Para a autora:

a Teoria da Administração tem se tornado cúmplice dos interesses do business, educando profissionais cujas ações acabam sobrepondo o econômico ao fator humano e às questões éticas. Em contraposição a este cenário de injustiça e exploração, encontra-se a autogestão, forma de gestão não hierarquizada e democrática cuja implantação tem enfrentado muita dificuldade (ONUMA et al, 2012, p. 65).

Pensar o ensino da Administração a partir de tais abordagens é fundamental para se pensar a formação em seu sentido ético-político, que ascende para o desenvolvimento de relações de trabalho mais justas e menos alienantes e que resista aos imperativos do mercado capitalista global. Para Onuma et al (2012)

discutir a questão do trabalho dentro das organizações autogestionárias, com base em uma reavaliação dos valores da própria Administração e se pautando no estabelecimento de novos vínculos sociais em meio às relações interpessoais e de trabalho tecidas nas organizações, pode trazer grande contribuição à Teoria Administrativa ao apontar a potencialidade de práticas administrativas que se propõem a superar a questão da alienação e do poder disciplinar decorrentes de formas hierarquizadas de gestão (ONUMA et al, 2012, p. 67)

Percebe-se que, para as autoras, o ensino tradicional da Administração também deveria sofrer adaptações. Nesse sentido, e denominando o ensino da Economia Solidária como ensino da “Autogestão”, Singer compactua com as autoras ao propor o ensino não apenas do curso de Administração nos moldes adaptados à Economia Solidária, mas também o redesenho dos demais cursos, como Contabilidade, Psicologia, Direito, Economia, etc.

Apesar de todo o potencial deste “novo” modelo de gestão, Singer (2002) e Castanheira (2008) chamam a atenção para o risco que os empreendimentos solidários estão sujeitos se pautarem parte de suas ações pelos mesmos preceitos racionais da ordem burocrática vigente (2008, p.117). Para a autora, corre-se o risco de engendrar no que Singer (2002) chama de “formas degeneradas de economia solidária”. Paul Singer reconhece que a “educação solidária” através da autogestão não é automática, pois admite que os atores que passam a ingressar em empreendimentos autogeridos, advém de uma cultura diferente dos moldes da economia solidária. Portanto, o autor atribui o perigo da “degeneração da prática autogestionária” à insuficiente formação democrática dos sócios, que devido à origem dos mesmos ter se dado no seio das relações capitalistas, podem “corromper a integridade do modelo de gestão” (SINGER apud AZAMBUJA 2009, p.295).

Apesar de reconhecer as dificuldades e os riscos à qual a implantação de modelos pautados na autogestão estão suscetíveis, Paul Singer sugere a disseminação do ideal de Economia Solidária. Para o mesmo, o conseqüente aumento do número de empreendimentos com viés social ampliaria as possibilidades da realização de negócios entre empreendimentos solidários, o que fortaleceria, com o passar do tempo,

esse modelo econômico alternativo. Nas palavras de Singer, para a construção da Economia Solidária “é fundamental que os praticantes aprendam que podem mudar o meio externo hostil, tornando-o amigável, pela difusão da Economia Solidária, pelos ramos que lhes são complementares” (SINGER, 2002, p.19).

Apesar do número de empreendimentos solidários ter aumentado significativamente nos últimos anos e o aumento de segmentos atendidos por este tipo de empreendimento também ter se expandido, é fato que no Brasil o número de redes de relações compostas exclusivamente por operadores solidários ainda é pequeno. Portanto é necessário reconhecermos que a limitação de relações apenas entre empresas solidárias ainda ficará restrita a poucos atores.

3 | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO INTEGRAL: REFLEXÕES

Para a reflexão acerca do ensino da Administração nessa vertente, faz-se necessário compreendermos as aproximações da relação entre capital, trabalho e educação, já fruto de consistentes pesquisas (DOMINGOS et al, 2015; KUENZER E GRABOWSK, 2016; ARAUJO, FRIGOTTO, 2015, SAVIANI, 2013). No campo da educação profissional, diversos estudos têm se debruçado numa perspectiva de possibilidade do ensino técnico integrado constituir-se enquanto espaço de formação integral. Sustentamos nossa análise com vistas ao debate da formação pautada no conceito de politecnia, como possibilidade para se pensar a formação humana uma perspectiva integral no campo escolar.

Partindo do campo epistemológico do materialismo histórico dialético, compreendemos o trabalho como uma categoria fundamental, tido como princípio educativo, “o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas” (SAVIANI, 2007, p. 154), importante conceito que permite compreender os processos de formação humana. Nesse sentido, o trabalho, como atividade humana de transformação da natureza, é entendido como o processo de produção da existência, de modo que os homens, “em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la, através do trabalho” (SAVIANI, 2013, p. 11). A educação, como própria dos seres humanos, se insere como uma exigência do e para o processo de trabalho, como “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013, p. 13).

Kuenzer e Grabowsk (2016) irão refletir sobre a educação profissional a partir da dialética marxista, e analisam as relações entre trabalho e educação no atual regime de acumulação pautado na produção flexível, que destitui os sentidos do trabalho. A reestruturação produtiva nos moldes da flexibilização impõe à expressiva parcela de trabalhadores condições ainda mais precárias e de exclusão, em que ser flexível

“significa adaptar-se ao movimento de um mercado que inclui/exclui, segundo as necessidades do regime de acumulação” (KUENZER E GRABOWSK, 2016, p. 27).

As autoras salientam que os projetos pedagógicos respondem às demandas do regime de acumulação flexível, de modo que

novas formas de disciplinamento buscam a submissão, por parte da classe trabalhadora, aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho (KUENZER E GRABOWSK, 2016, p. 26).

Vale destacar que, a divisão social e técnica do trabalho é parte fundamental e estratégica do sistema capitalista, que transfere sua lógica para as demais instituições sociais, dentre elas, a escola. Nesse sentido, a escola moderna surge para atender aos interesses do modo de produção capitalista e, assim, acaba por reproduzir seus mecanismos, operando de maneira dualista, na separação entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e trabalho manual, “trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica, ou seja, uma escola que forma seres humanos unilaterais, mutilados, tanto das classes dirigentes como das subalternizadas” (DOMINGOS et al, 2015, p. 1059).

No entanto, a própria divisão social do trabalho apresenta contradições, momento no qual surgem as lacunas para se pensar as possibilidades de uma formação integral no horizonte da superação de uma formação unilateral, que atue nas contradições do sistema e que vá de encontro com o modelo econômico hegemônico, entendendo que “a partir da divisão do trabalho, e mais, de sua agudização, que se engendrariam as contradições que possibilitariam sua superação” (DOMINGOS et al, 2015, p. 1062). A formação integral é compreendida aqui a partir do conceito de Politecnia, pressuposto por Marx, de formação onilateral, que contempla uma educação intelectual, física e tecnológica, o que impulsiona o debate sobre a aproximação das possibilidades de profissionalização e formação politécnica. Conforme Domingos et al (2015):

Marx não tem por fim o aumento da produtividade do capital. Contrariamente, seu objetivo político é que os trabalhadores voltem a ter o domínio sobre o conteúdo do próprio trabalho e, dessa forma, tenham melhores condições para enfrentar a contradição entre capital e trabalho, visando à superação do modo de produção capitalista, pela via do aprofundamento de suas contradições internas (DOMINGOS et al, 2015, p. 1062).

Também sob orientação metodológica da formação integral proposta por Marx, Araujo e Frigotto (2015) dissertam sobre a necessidade de se promover a autonomia e o compromisso com a transformação social nos estudantes durante a formação escolar.

Os autores apostam na organização de um currículo integrado, como estratégia metodológica para um projeto de formação integral, tendo por princípio o desenvolvimento da autonomia e o compromisso social, princípios que estimulariam o

trabalho coletivo e o sentimento de solidariedade. Assim, postulam que:

As diferentes possibilidades de procedimentos de ensino favorecem mais ou menos o projeto de ensino integrado quando são organizados para promover a autonomia, por meio da valorização da atividade e da problematização, e para cultivar o sentimento de solidariedade, mediante do trabalho coletivo e cooperativo (ARAUJO, FRIGOTTO, 2015, p.73).

Nesse sentido, salientamos a concepção de ensino médio integrado enquanto proposta de formação que pode caminhar contrariamente à perspectiva hegemônica, em direção a uma formação integral:

Não apenas uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, mas sim uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (ARAUJO, FRIGOTTO, 2015, p.62).

Trazendo para o campo do ensino da Administração, é possível pensar uma educação que, ao formar para o mercado, enfatize e desenvolva outras potencialidades no sujeito, demonstrando, além das práticas usuais da administração em organizações capitalistas, as práticas cooperativas e de autogestão vigentes, possibilitando assim uma educação integral do indivíduo.

Trata-se, pois, de compreender a ação pedagógica em sua relação com a totalidade das ações humanas que, sempre, tem repercussões éticas e políticas para a vida social, bem como a necessária dependência entre os saberes específicos e locais ao conjunto de saberes sociais. A ação didática integradora ganha sentido assim enquanto ação ético-política de promoção da integração entre os saberes e práticas locais com as práticas sociais globais bem como quando promove a compreensão dos objetos em sua relação com a totalidade social (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p.66).

Entendemos que compreender as práticas locais de gestão/organização, pode fazer parte de um projeto de ensino em uma perspectiva integradora, ou seja um ensino integrado em função de determinado projeto de sociedade, vinculado a um significado político de transformação.

A partir desta base epistemológica, entendemos que o ensino técnico integrado pode constituir-se em uma formação que supera a dicotomia entre teoria e prática, ou seja, pressupõe uma formação não restrita aos interesses do mercado, que pode instrumentalizar os estudantes a uma postura crítica em relação ao modelo social e econômico atual, com vistas a sua superação, na compreensão dos processos ideológicos que sustentam as relações de dominação concernentes aos processos produtivos.

Na perspectiva da integração, a utilidade dos conteúdos passa a ser concebida não na perspectiva imediata do mercado, mas tendo como referência a utilidade

social, ou seja, os conteúdos são selecionados e organizados na medida de sua possibilidade de promover comportamentos que promovam o ser humano e instrumentalizem o reconhecimento da essência da sociedade e a sua transformação (ARAUJO, FRIGOTTO. 2015 p.68).

Concordamos com Araujo e Frigotto (2015) de que os princípios orientadores de uma organização curricular a partir de uma perspectiva integradora devem se pautar numa perspectiva interdisciplinar comprometida com a transformação social e que permita uma leitura ampla e contextualizada da realidade, mantendo uma “íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital” (ARAUJO, FRIGOTTO, 2015, p. 66), em que “a contextualização pressupõe, na perspectiva aqui trabalhada, a íntima articulação dos conteúdos formativos com a realidade social e com os projetos políticos dos trabalhadores e de suas organizações sociais” (ibid, p.69).

Tais princípios e estratégias metodológicas corroboram com o posicionamento de SINGER (2005) de que “todos têm inclinação tanto por competir como por cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar vai depender muito da prática mais frequente, que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive” (SINGER, 2005, p. 16). Cabe à reflexão, objetivo, por ora, deste trabalho.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos refletir sobre as possibilidades de práticas emancipatórias no ensino de administração, a partir do ensino pautado por iniciativas voltadas para princípios alternativos de gestão, que enfatize e desenvolva outras potencialidades no sujeito, demonstrando, além das práticas usuais da administração em organizações capitalistas, as práticas cooperativas e de autogestão vigentes, possibilitando assim uma educação integral do indivíduo.

Em síntese, entendemos que compreender as práticas locais de gestão/ organização, pode fazer parte de um projeto de ensino em uma perspectiva integradora, ou seja, um ensino integrado em função de determinado projeto de sociedade, vinculado a um significado político de transformação, do “resgate das ações educativas sistematizadas, escolares e não escolares, para os que vivem do trabalho, na contramão das práticas elitistas do regime de acumulação flexível” (KUENZER E GRABOWSK, 2016, p. 29).

REFERÊNCIAS

ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 79-101, mar. 2005.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 21, p. 282-317, 2009.

BENINI, E. A. Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? **Org & Demo**, UNESP, Marília, n. 4, p. 3-22, 2003.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organ. Soc.**, Salvador , v. 17, n. 55, p. 605-619, dez. 2010.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 11, n. 1, p. 116-122, June 2008

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22–32, 2016.

MORAIS, Edson Elias de et al . Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 105, p. 67-88, mar. 2011.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 12, n. 34, p. 152-165, Apr. 2007 .

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ed. Campinas, SP: autores associados, 2013.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

